



Manifesto da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político sobre o processo eleitoral de 2020

O Brasil vive sua pior crise. Atravessa, a um só tempo, uma pandemia que já vitimou mais de 140 mil pessoas e deixou mais de 4 milhões de pessoas doentes, enquanto vê a ampliação do desemprego, o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, a alta dos preços dos alimentos e a proliferação de queimadas destruindo a Amazônia e o Pantanal.

Enquanto a atuação do governo federal faz o número de óbitos crescer a cada dia, suas políticas ultraneoliberais aceleram o processo de destruição de políticas públicas construídas nos últimos anos por pressão dos movimentos sociais e organizações. O projeto deste governo é a destruição de tudo o que possa apontar para uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Se é importante encontrar saídas para que o governo de Bolsonaro e Mourão não mergulhe de vez o Brasil nas trevas, também é fundamental evitar que esse capítulo trágico – e esperamos que breve – da história de nosso país se repita.

Por isso, cabe lembrar que o atual mandatário do Executivo, deputados e governadores de diversos estados foram eleitos em 2018, em alguma medida, como consequência da judicialização da política e de um sentimento anti-política – efeito da manutenção de um sistema político pouco democrático, que nunca foi transformado a fundo no sentido de tornar as instituições representativas mais próximas da sociedade e mais independentes das forças de mercado e da forte influência do fundamentalismo religioso.

A busca pela governabilidade em um sistema partidário fragmentado e pouco representativo das lutas populares, sem mecanismos de legitimação permanentes da participação popular, abriu espaço para que o fascismo chegasse ao poder como modelagem de algo “novo”. Este processo foi construído, em parte, nas “chamadas instituições democráticas” e respaldado pelas nossas elites brancas, arcaicas, conservadoras, concentradoras das riquezas – que se sentiram ameaçadas por um processo de inclusão das populações mais pobres e historicamente vulnerabilizadas realizado via políticas públicas e processos políticos mais democratizados, mesmo que limitados.

A velha forma de fazer política se mantém e se agrava, e a única “novidade” que o bolsonarismo apresenta aos brasileiros é a truculência, a glorificação da violência, a discriminação de minorias políticas e o alinhamento internacional do Brasil com países ultraconservadores, tanto na economia quanto nos

costumes, desconsiderando os tratados internacionais em direitos humanos firmados pelo Brasil, além de destruir a reconhecida diplomacia brasileira. Este projeto político de concentração de poder, de riquezas, militarizado, fundamentalista e elitista se articula para se capilarizar, cada vez mais, nos municípios.

Neste sentido, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político provoca as candidaturas deste pleito de 2020 a comprometer-se com o enfrentamento dos desafios relacionados à democratização efetiva do poder. Entre estes desafios, destacamos:

- É preciso superar a sub-representação de setores sociais excluídos dos processos decisórios, como trabalhadores/as, as mulheres, as pessoas negras, os povos indígenas, a população LGBTQI+ e as juventudes periféricas. A dinâmica e as regras partidárias e eleitorais têm construído historicamente esta sub-representação como a marca mais visível da nossa democracia representativa. Defendemos a realização do voto em listas pré-ordenadas, organizadas de forma democrática pelos partidos políticos, garantindo a alternância de sexo e a participação de setores sub-representados. O financiamento das campanhas eleitorais precisa ser exclusivamente público, mas com critérios de partilha internamente aos partidos que fortaleçam as candidaturas de setores sub-representados nos espaços de poder. Um ponto fundamental é o enfrentamento do racismo nos processos eleitorais que se manifesta em pouco tempo de TV e rádio, pouco recursos financeiros, não acesso à máquina partidária por parte das candidaturas negras.
- Além de aperfeiçoar a democracia representativa, é preciso fortalecer os mecanismos de democracia participativa. Uma reforma efetiva do sistema político brasileiro vai muito além da reforma do sistema eleitoral. Deve-se extrapolar a vida partidária e colocar no centro das decisões políticas e econômicas a participação popular. A política não deve ser monopólio dos detentores de mandatos nem dos partidos, mas do conjunto da sociedade. Para isso, torna-se fundamental a ampliação dos espaços de participação, de decisões políticas, além do estabelecimento de políticas públicas de educação para a cidadania. Concretamente, isso significa desenvolver e fortalecer os espaços de participação para o controle das políticas e de recursos públicos – como conselhos e conferências –, garantindo-lhes mecanismos, inclusive financeiros, para o efetivo compartilhamento do poder de decisão. Especialmente em relação a conselhos e conferências de políticas públicas, é necessária a criação de um sistema de participação popular que garanta efetividade às decisões tomadas nestes espaços e abarque todas as políticas públicas, não apenas as sociais;
- As formas de exercício de soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular) precisam ser aprimoradas para que a participação popular nas decisões políticas não seja meramente simbólica. As regras sobre plebiscito e referendo devem ser alteradas para que fiquem sob controle da sociedade e não do

Congresso. As propostas de iniciativa popular devem ser aceitas com o mesmo número de assinaturas exigido para se criar um partido político (o equivalente a 0,5% dos votos válidos para deputado federal na eleição anterior) – e não com 1% do eleitorado, como é hoje, e a coleta de assinaturas deve ser permitida de forma digital ou eletrônica. Também é necessário criar novos mecanismos de participação direta, como o veto popular. Além disso, plebiscitos e referendos devem ocorrer sobre questões-chaves para a nação como acordos comerciais internacionais, grandes projetos de infraestrutura, e outros elementos da política econômica. Esta agenda pode e deve ser implementada nos municípios. Não há necessidade de começar por Brasília, pela esfera federal. Portanto, as candidaturas para as eleições de 2020 podem e devem se comprometer com estes pontos;

- Essas transformações só se realizam se tivermos 1) um sistema público, plural e diverso de comunicação, baseado nos princípios da Constituição Federal de 1988, da liberdade de expressão para todos e todas e da transparência; 2) uma verdadeira reforma nos espaços públicos de decisão das políticas econômicas e 3) mecanismos de participação e controle social sobre o Sistema de Justiça, para que cumpra o papel mediador das relações sociais, econômicas e políticas;
- Por fim, entendemos que todas as políticas públicas, sejam elas econômicas e/ou sociais, devem ser mecanismos de redistribuição de renda, de riquezas e do poder e devem zelar pelo respeito às dimensões socioambientais.

A Plataforma

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político é composta por movimentos, organizações, fóruns, coletivos e redes, institucionalizadas ou não, que, desde 2004, atua para mudar a forma como o sistema político brasileiro está organizado. Iniciou sua articulação a partir da crítica aos instrumentos de participação social, que têm baixo impacto na formulação e controle social sobre as políticas públicas.

Ao aprofundar este debate, contudo, foram identificados problemas anteriores à discussão sobre o sistema político em si, como a sub-representação de segmentos sociais historicamente dominados e explorados, como mulheres, pessoas negras, povos indígenas, pessoas LGBTI+, da classe trabalhadora e das juventudes; o domínio do capital sobre a política e a corrupção eleitoral; o descrédito na política e a crise de representatividade; o funcionamento antidemocrático dos partidos políticos; a produção de falsos consensos pela mídia corporativa; a criminalização dos movimentos sociais e o autoritarismo do sistema de justiça, entre outros.

Tal análise ampliou nossa concepção sobre a política institucional e resultou na compreensão da necessidade de transformação radical do sistema político. Assim, no decorrer dos últimos anos, elaboramos coletivamente uma proposta de reforma em torno de cinco eixos: 1) fortalecimento da democracia direta; 2)

fortalecimento da democracia participativa; 3) aprimoramento da democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos; 4) democratização da informação e da comunicação e 5) democratização do sistema de Justiça. Em abril de 2019, um encontro nacional da Plataforma reuniu em Brasília centenas de pessoas para avançar na ampliação e capilarização do debate, que definiu a priorização de 11 temas a partir dos cinco eixos já historicamente estruturados:

1. Laicidade do Estado e Diversidade Religiosa
2. Economia e Democracia
3. Racismo e Poder
4. Democracia comunitária
5. Mulheres nos espaços de Poder
6. Sistema político e os direitos LGBTQI+
7. Poder Político e Juventudes
8. Esfera Pública Digital
9. Justiça Popular, Justiça formal e partidarização do sistema de Justiça
10. Direitos dos povos originários e tradicionais
11. Direito a Desobediência Civil

O elemento central da estratégia atual da Plataforma é a incidência no debate público, em especial no campo composto por forças democráticas e populares, sobre a democracia que queremos e a construção de um sistema político que a contemple.

Queremos capilarizar esse debate em interlocução com as iniciativas de movimentos sociais e coletivos autônomos nos territórios, dando retaguarda nacional a esta elaboração e reverberando nas estratégias de comunicação.

Nestas eleições, queremos dialogar também com candidaturas que, além de se colocarem contra o fascismo que vivemos, se comprometam também com a transformação real e radical do nosso sistema político.

Brasília, outubro de 2020.